



Revista Práxis Pedagógica - Mestrado Acadêmico em Educação



Eixo Temático: Formação Docente

FORMAÇÃO DOCENTE PARA O ENSINO DA LEITURA E ESCRITA NAS TURMAS DE CINCO ANOS NA ATUAL EDUCAÇÃO INFANTIL

Dione Martins Magalhães (UNIR)¹
Dayane Fernandes Ferreira (UNIR)²
Nair F. Gurgel do Amaral (UNIR)³

RESUMO

Até 2010 a Educação Infantil destinava-se ao atendimento das crianças de 0 a 6 anos. Com a publicação da Lei nº 11.274 de 6 de fevereiro de 2006, este quadro mudou progressivamente, considerando a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade e foi dado um prazo para que até 2010 os sistemas de ensino dessem conta desta tarefa. Assim, este estudo, tem como objetivo analisar como está acontecendo à formação docente para o ensino da leitura e escrita nas turmas de cinco anos da educação infantil, considerando a implantação da Lei nº 11.274/2006. De acordo com os estudos e reflexões, é possível visualizar um novo cenário na educação infantil. No contexto atual, a preocupação é o processo de ensino e aprendizado, questionamentos envolvendo os dilemas dos professores em relação ao ensinar a ler e escrever crianças que estão descobrindo o mundo que o cerca (ou mesmo se descobrindo). Desta forma, as Secretarias e demais instituições de ensino devem ater-se a questão da formação dos professores para contribuir no processo de efetivação dos novos objetivos emergidos a partir da Lei nº 11.274/2006.

Palavras-chaves: educação infantil; formação docente; ensino; leitura; escrita.

TEACHING TRAINING FOR READING AND WRITING EDUCATION IN FIVE-YEARS IN CURRENT EDUCATION FOR CHILDREN

ABSTRACT

Up to 2010 Infant Education was intended for the care of children from 0 to 6 years. With the publication of Law No. 11,274 of February 6, 2006, this framework changed progressively, considering the duration of 9 (nine) years for elementary education, with compulsory enrollment

¹Dione Martins Magalhães. Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Rondônia, Brasil. E-mail: dione.gastao@hotmail.com

² Dayane Fernandes Ferreira. Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Rondônia, Brasil. E-mail: psicologadayane2015@hotmail.com

³Nair F. Gurgel do Amaral . Docente do Departamento de Línguas Vernáculas-DLV/UNIR . E-mail: nairgurgel@uol.com.br



from 6 (six) years of age and a the deadline for 2010 to bring education systems to bear on this task. Thus, this study aims to analyze how is happening to teacher education for teaching reading and writing in the five-year classes of early childhood education, considering the implementation of Law 11,274 / 2006. According to studies and reflections, it is possible to visualize a new scenario in early childhood education. In the present context, concern is the process of teaching and learning, questions involving teachers' dilemmas regarding teaching children to read and write discovering the world around them (or even discovering themselves). In this way, the Secretariats and other educational institutions must address the issue of teacher training to contribute to the process of achieving the new objectives emerging from Law No. 11.274 / 2006.

Keywords: child education; teacher training; teaching; reading; writing.

1 INTRODUÇÃO

A Educação Infantil é primeira etapa da Educação Básica, é o espaço e o tempo pensado para se construir um desenvolvimento adequado para a infância, tendo em vista os variados aspectos que envolvem esta etapa da vida. Diante disso, indagamos: no âmbito da Educação Infantil de que forma está sendo realizada a formação docente para o ensino da leitura e a escrita? Como está acontecendo à transição referente à proposta dos conteúdos relacionados à linguagem? Como os professores têm sido preparados para lidar com essas novas incumbências da Educação Infantil, sobretudo nas turmas de 5 (cinco) anos no que diz respeito à aquisição da leitura e da escrita?

Já se passaram 7 anos após a determinação legal para a reorganização do ensino fundamental e educação infantil, no que tange a matrícula inicial dos anos, bem como para reformulação das Propostas Pedagógicas, e ainda é possível ouvir dos professores dentro das escolas, sobre as dificuldades enfrentadas no dia a dia da sala em relação ao ensino da leitura e escrita na educação infantil. A faixa etária da matrícula mudou assim como os objetivos educacionais e as cobranças aumentaram para os professores da educação infantil, redirecionando os objetivos por faixa etária. Ou seja, desde a entrada na educação infantil já é gerado uma expectativa por todos os envolvidos no



processo educacional em relação ao processo da escrita e leitura.

Os professores têm expressado suas angústias decorrentes da mudança do Ensino Fundamental para nove anos, em virtude das cobranças advindas das equipes pedagógicas de suas escolas, bem como da Secretaria de Educação, com relação à aquisição da leitura e escrita, sendo objetivo primordial da Educação Infantil que as crianças saiam lendo. Inclusive apresentaram modelos de avaliações, “os antigos testes de leitura”, aplicados por técnicas ou gestores pedagógicos.

A preocupação com a formação docente para o ensino da leitura e a escrita nas turmas de 05 (cinco) anos da Educação Infantil a partir da Lei nº 11.274/2006, é produto das reflexões acerca da nossa participação nos encontros de discussões para reelaboração da Proposta Pedagógica da Educação Infantil no município de Porto Velho-RO, no ano de 2016 junto a professores, técnicos da Secretaria Municipal de Educação, supervisores, diretores e professores da Universidade Federal de Rondônia. É notável os dilemas que os professores e crianças têm vivenciado acerca dessa mudança, em vários momentos ouvimos dos professores que é preciso deixar as crianças vivenciarem de forma natural essa fase da vida, ou seja, o respeito ao desenvolvimento infantil

Destarte, objetiva-se analisar como está acontecendo à formação docente para o ensino da leitura e escrita nas turmas de cinco anos da educação infantil, considerando a implantação da Lei nº 11.274/2006. A relevância deste artigo está na possibilidade de contribuir para um melhor entendimento acerca deste novo formato da Educação Infantil que passa a ter cinco anos, particularmente no que diz respeito à formação disponibilizada aos docentes no que se refere ao tratamento do ensino da leitura e da escrita.



2 METODOLOGIA

Considerando o objetivo central deste trabalho, avaliamos como adequada a abordagem qualitativa, que “[...] trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. [...]”. (MINAYO, 2012, p. 21).

Entendemos que nenhuma pesquisa parte da estaca zero. Desta forma, realizamos a pesquisa bibliográfica por ser considerada como um dos primeiros passos de toda a pesquisa científica. (GIL, 2008). Inicialmente, no que tange à Educação Infantil e aprendizagem da leitura e da escrita, levaremos em conta as contribuições de: Lerner (2005), Vigotskii; Luria; Leontiev, (2001). RCNEI (BRASIL, 1998), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009). Referente à formação docente e formação docente na Educação Infantil, avaliamos como necessárias às leituras de Alarcão (2003), Nóvoa (1992), França (2010), Kramer (2005), Scarpa (1998).

3 A FORMAÇÃO DOCENTE PARA O ENSINO DA LEITURA E ESCRITA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A utilização da escrita é um recurso cada vez mais exigido na sociedade da informação e do conhecimento. Isto porque, possibilita a participação individual e coletiva nos variados processos da vida. E é na perspectiva dessa escrita plena de sentido e significados, com função social claramente especificada, que temos aprendido ao longo de nossa trajetória que a aprendizagem precisa ser construída, pois não é mais possível achar que só o ensino dos aspectos técnicos da escrita de forma pontual dá conta dessa complexidade. “O desenvolvimento da escrita na criança prossegue ao longo de um caminho que podemos descrever como a transformação



de um rabisco não-diferenciado para um signo diferenciado”. (VIGOTSKY; LURIA; LEONTIEV, 2001, p. 161).

No âmbito desta complexidade, ganham visibilidade os processos de formação docente em perspectiva continuada na medida em que qualificam os professores para verem sentido em um rabisco infantil e assim contribuir em nas aprendizagens da linguagem escrita no último ano da Educação Infantil. Destaca-se a resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009 que Fixa as diretrizes curriculares Nacionais para a educação infantil que em seu artigo 3º afirma que:

Art. 3º. O currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade (BRASIL, 2009, s/p).

Assim, salienta-se que o desenvolvimento da leitura e da escrita na Educação Infantil é orientado oficialmente por dois documentos básicos: o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNEI (1998) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009) que será tratada mais adiante. O RCNEI dedica quarenta páginas de orientação sobre o tratamento que deve ser dada à Linguagem oral e escrita. Situa este conteúdo como importante para a inserção das crianças nas práticas sociais, pois:

O trabalho com a linguagem se constitui um dos eixos básicos na educação infantil, dada sua importância para a formação do sujeito, para a interação com as outras pessoas, na orientação das ações das crianças, na construção de muitos conhecimentos e no desenvolvimento do pensamento (BRASIL, 1998, p. 108).

Esta perspectiva é compartilhada por Délia Lerner, (2002), uma vez que para esta autora, ler e escrever transcende a ideia de



alfabetização em um sentido restrito, pois cabe a escola o desafio de incorporar todos os seus alunos à cultura escrita, de forma a se comportarem como leitores e escritores.

Em relação aos objetivos específicos para trabalhar com as crianças de 5 (cinco) anos não há uma orientação específica, até porque o RCNEI quando foi elaborado concebia a Educação Infantil de 0(zero) a 6 (seis) anos de idade em 1998. Considerando esta lacuna e a necessidade do cumprimento da Lei nº 11.274/2006, inferimos que no interior das escolas de Educação Infantil nas turmas de 5 anos, algum conteúdo na área de linguagem está sendo trabalhado. Mas, qual? Que suporte formativo tem sido oferecido a estes profissionais? Será que está havendo uma transferência dos conteúdos anteriormente trabalhados na turma de 6 anos para 5 anos? No intuito de responder estas questões é que elaboramos esta proposta de estudo, que a nosso ver tem implicação direta para os processos de formação continuada.

Os estudos⁴ apontam que os modelos de formação continuada têm sofrido modificações ao longo do processo histórico. Entretanto, tradicionalmente, estas formações aconteciam de forma pontual e sem considerar as demandas docentes:

Durante muito tempo, sob diferentes argumentos, os professores foram convocados a participar de cursos de formação continuada de curta duração, os quais recebiam a denominação de treinamento, reciclagem, aperfeiçoamento, atualização e capacitação. Também recebiam solicitação para participação em palestras, seminários, encontros, simpósios e outros eventos similares, como forma de manterem-se atualizados ou de se apropriarem de inovações na área educacional. Esses cursos/eventos geralmente não partiam das

4 NÓVOA, A. **Concepções e práticas de formação contínua de professores**. In: TAVARES, J (Org.).

Formação contínua de professores: realidades e perspectivas. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1991.

PÉREZ GÓMEZ, A. I. A. **O pensamento prático do professor**: a formação do professor como profissional reflexivo. In: NÓVOA, A. (Org.) Os professores e a sua formação. Lisboa: Dom Quixote/IEE, 1997.



reais necessidades dos professores, mas sim, das idéias (*sic*) dos planejadores das instituições responsáveis pela formação destes. E os professores, neste caso, apenas cumpriam o papel de serem seduzidos a participar dos mesmos. (FRANÇA; MICOTTI, 2014, p. 2).

Os modelos destas formações nem sempre respondiam adequadamente as expectativas docentes. Neste sentido, outros formatos passaram a ser discutidos e praticados com ênfase, sobretudo, nas reflexões críticas sobre o fazer pedagógico cotidiano (ALARCÃO, 2003). No entanto, mesmo estas formações pontuais, nem sempre chegavam à Educação Infantil, pois por muito tempo prevaleceu a mentalidade que não era necessária formação continuada para os docentes, que para ser professor de creche e pré-escola bastava ter o dom. Posteriormente, bastava a formação em Pedagogia, ou seja, apenas o conhecimento da graduação daria conta da complexa tarefa de cuidar das crianças. O RCNEI (BRASIL, 1998), problematiza esta forma de pensar e expressando diferentes vozes (pesquisadores, usuários, etc) e discute o binômio cuidar e educar. Nesse sentido, cuidar e educar devem caminhar juntos, indissociáveis, marcando, portanto, a identidade desta etapa do ensino.

Segundo a Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009 que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil as Propostas Pedagógicas das escolas devem observar este documento. Neste sentido, o professor deve enxergar as crianças como sujeitos históricos, garantido seus direitos, e que nas interações e práticas cotidianas constroem identidades pessoais e coletivas, brincam, imaginam, vivem experiências, narram, questionam, formulam hipóteses, dão sentido e interpretam fenômenos da natureza e da sociedade, produzindo cultura. Portanto, as mudanças na Educação Infantil precisam considerar o ordenamento legal, de forma a



assegurar cada vez mais uma educação de qualidade, através do uso de uma Proposta Pedagógica adequada, aliada a formação docente.

De fato é preciso estabelecer um processo de formação continuada adequado que contemple as exigências advindas das mudanças de visões e estruturas sobre as infâncias que desafiam a contemporaneidade, para tanto a articulação entre as três esferas é fundamental.

A formação de profissionais da educação infantil professores e gestores é desafio que exige a ação conjunta das instâncias municipais, estaduais e federal. Esse desafio tem muitas facetas, necessidades e possibilidades, e atuação, tanto na formação continuada (em serviço ou em exercício, como se tem denominado a formação daqueles que já atuam como professores) quanto na formação inicial no ensino médio ou superior. (KRAMMER, 2006, p. 9).

Tais mudanças como a que estamos discutindo neste trabalho, exigem, entre outras coisas, que os professores reconstruam suas práticas. Sabe-se que tais mudanças só ocorrem de modo processual e que é preciso “pontes” entre o que é realidade das práticas de ensino e aprendizagem e o que se tem como meta. Ou seja, que modelo formativo baseado na reflexão partilhada, (SCARPA, 1998), compreende que esta atividade deve estar inspirada na concepção que leve em conta o professor como sujeito de sua própria formação, que em função disso, pode refletir sobre o seu fazer pedagógico e assim, de forma autônoma, busque respostas para as demandas de sua sala de aula, se comprometendo efetivamente com as aprendizagens dos alunos.

Após a publicação da Lei nº 11.274/2006, algumas mudanças estão acontecendo na rotina da Educação Infantil. Evidências atestam que uma transição está acontecendo relativa ao tratamento dos conteúdos da linguagem. Mas não sabemos de que forma ela está sendo realizada ou como os professores estão atuando nesta nova realidade, como tem sido a formação de



toda a equipe escolar para enfrentar essas novas obrigações da Educação Infantil, sobretudo nas turmas de 5 (cinco) anos no que diz respeito à aquisição da leitura e da escrita (sabidamente uma turma onde ocorre muitas pressões por parte dos pais para que as crianças entrem no ensino fundamental já com conhecimentos adiantados a respeito do ler e escrever).

É necessário dividir as responsabilidades nesse processo de mudança. Secretarias, técnicos, gestores, coordenadores pedagógicos, pais, devem unir-se em prol de um objetivo comum, sendo este o prazer da criança. Ela precisa vivenciar esta fase da vida de forma natural. Todos os envolvidos na dinâmica escolar, juntos com os professores, devem entender como ocorre o desenvolvimento infantil, e, respeitando as fases da criança, possibilitar um trabalho pedagógico onde o lúdico é o ponto de partida, para deixar fluir o processo de ensino, e conseqüentemente haverá aprendizagem.

É necessário um projeto de formação continuada para professores e supervisores, tendo como foco central a Linguagem – nestas ocasiões deve ser trabalhada a leitura, a escrita e a oralidade, ao mesmo tempo, refletir para que valorizem estes recursos como fonte de informação, sendo capazes de recorrer aos textos, a fundamentação teórica, em função de diferentes objetivos vinculados às suas práticas, junto às crianças, para que possam aprofundar o domínio de conhecimentos relevantes nesta área. A partir do momento que os professores e equipe pedagógica tenham domínio de conhecimento e clareza sobre o processo de alfabetização de crianças nessa faixa etária, será possível lutar por um trabalho coerente as diretrizes pedagógicas para Educação Infantil.



CONCLUSÃO

De acordo com os estudos e reflexões, é possível visualizar um novo cenário na educação infantil. As preocupações mudaram de foco, enquanto antes a preocupação era os recursos financeiros, as discussões eram acerca da transferência de responsabilidades entre as secretarias e governo federal. No que condiz com a responsabilidade pela modalidade, as cobranças eram sobre a urgência de oferecer mais atendimentos devido à demanda, dentre outras questões.

Atualmente, a preocupação é o processo de ensino e aprendizado, questionamentos envolvendo os dilemas dos professores em relação ao ensinar a ler e escrever crianças que estão descobrindo o mundo que o cerca, ou mesmo se descobrindo. Desta forma, as Secretarias e demais instituições de ensino devem ater-se a questão da formação dos professores para contribuir no processo de efetivação dos novos objetivos emergidos a partir da Lei nº 11.274/2006.

As finalidades educativas da Educação ainda compõem um processo obscuro. Os referenciais expressam a preocupação com o respeito às fases das crianças, porém na prática existe uma cobrança arbitrária e cruel junto aos professores e sob as crianças, principalmente as de cinco anos de idade (período de transição para as séries iniciais do ensino fundamental). A falta de clareza sobre as finalidades da educação infantil e a identidade dos profissionais que nela atua é hoje o ponto de partida para a necessidade da formação docente dos professores que atuam na educação infantil.

O ponto de partida é pensar em uma Proposta Pedagógica que atendam as reais necessidades das crianças de zero a cinco anos, como um ser integral, assim como está preconizado nas diretrizes e no próprio RCNEI, que



pressupõem primeiramente pensar na formação docente daqueles que vão conduzir essa proposta pedagógica.

A formação docente em serviço é o caminho para a formação de professores reflexivos. A escola precisa possibilitar momentos de troca de conhecimentos entre pares, a intervenção na prática do professor feita por um coordenador pedagógico, sendo uma das estratégias formativas que possibilita mudança na prática do professor. É necessário o desequilíbrio docente para que haja mudança de pensamento. É importante destacar que ser professor alfabetizador na educação infantil não é tarefa fácil, quando se respeita a faixa etária, é preciso criatividade.

O professor precisa entender e compreender as concepções de infância, para respeitar o ritmo de aprendizagem de cada faixa etária. E, por fim é importante frisar que a responsabilidade dessa etapa de ensino precisa ser dividida com todos, professor, diretor, pais, coordenador pedagógico, secretários de educação, pois essa faixa etária é muito delicada, e cada acontecimento em suas vidas ficam marcadas por uma vida inteira. Embora a mudança tenha vindo para resolver um determinado problema, acabou gerando outros, que englobam o cuidado, o respeito com crianças totalmente indefesas.

Foram muitas as conquistas na Educação Infantil, os avanços devem sobressair aos conflitos pertinentes à falta de entendimento e coerência de muitos profissionais que atuam direta ou indiretamente nessa modalidade de ensino. A busca pela qualidade na educação infantil ainda é um lema daqueles que idealizam o melhor processo de ensino e aprendizado para aqueles que são a futura geração de um país.



REFERÊNCIAS

ALARCÃO, I.. **Professores reflexivos para uma escola reflexiva**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998. 3v.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, 2009.

_____. **Lei n. 11.274, 6 de fevereiro de 2006**. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 fev. 2006.

_____. Ampliação do ensino fundamental para nove anos 3º Relatório do Programa. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

FRAGO, V. A. **Os cadernos escolares como fonte histórica**: aspectos metodológicos e historiográficos. In: MIGNOT, A. C. V. (Org). *Cadernos à vista: escola, memória e cultura escrita*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

FRANÇA, R. de F. C.; MICOTTI, M. C. de O. **Formação continuada de professores alfabetizadores: uma realidade em Porto Velho–Ro**. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/> Acesso 20 mai. 2014.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KRAMER, S. **As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil**: Educação Infantil e/ fundamental. *Rev. Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 27, n. 96, out. 2006.

LERNER, D. **Ler e Escrever na Escola: o real, o possível e o necessário**, Porto Alegre, Artmed, 2005.

LUDKE, M. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.



Revista Práxis Pedagógica - Mestrado Acadêmico em Educação



MINAYO, M. C.; (org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 32. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

NÓVOA, A. **Concepções e práticas de formação contínua de professores**. In: TAVARES, J (Org.). Formação contínua de professores: realidades e perspectivas. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1991.

PÉREZ GÓMEZ, A. I. A **O pensamento prático do professor: a formação do professor como profissional reflexivo**. In: NÓVOA, A. (Org.) Os professores e a sua formação. Lisboa: Dom Quixote/IIE, 1997.

SCARPA, R. **“Era assim, agora não...”**: uma proposta de formação de professores leigos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

VYGOTSKI, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e Aprendizagem**. S.P. Ícone/USP, 1988.